

## Mulheres quilombolas na lida com o ouriço e a roça nas florestas e rios amazônicos

### Quilombola women dealing with the hedgehog and the garden in the Amazonian forests and rivers

Joely Coelho Santiago

UFAC

Teresa Almeida Cruz

UFAC

**Resumo:** Nas comunidades quilombolas nos/dos espaços amazônicos do Vale do Guaporé-RO, a coleta de ouriços, nos meses chuvosos, é uma das que rege a economia familiar desde o século XIX, além do trabalho com a roça para plantio da macaxeira, café, feijão, urucum, cana de açúcar e milho. Uma relação de interdependência entre grupos sociais, através de um sistema de crédito/dívida nomeado “toco” ou barracão, que se mantém desde os tempos coloniais. No que diz respeito à lida na roça, os homens são responsáveis para descoivar e as mulheres com o trabalho de caieira e cultivo das plantações. Foram ensinamentos recebidos de seus antepassados, governados pelos ciclos das florestas e dos rios e, repassados de geração a geração no cotidiano das famílias. É possível observar uma divisão de trabalhos apesar das mulheres participarem de todas as etapas, desde às atividades produtivas àquelas consideradas domésticas, naturalizadas ao longo da história. Nesta perspectiva, este estudo investiga relações sociais entre homens e mulheres, colocando em visibilidade a divisão do trabalho como fator central para invisibilidade das mulheres no sistema produtivo da lida com o ouriço e a roça. Foram ouvidas duas mulheres que nasceram e cresceram em comunidades quilombolas do Vale do Guaporé (Pedras Negras e Porto Rolim). O estudo dialoga com Bandeira (1988); Priore (2004); Hampaté Bâ (2010); Davis (2016); Perrot (2017); Kilomba (2019), dentre outros/as. Os resultados possibilitaram uma interpretação sobre a participação feminina e relações de poder estabelecidas entre homens e mulheres na Mata amazônica que, de uma maneira ou outra, compõem o quadro de construção sexista desde os tempos imemoriais e que pode explicar uma relação assimétrica entre os grupos.

**Palavras-chave:** Relações de trabalho; Mulheres quilombolas; Vale do Guaporé.

**Abstract:** In the quilombola communities in/from the Amazonian areas of Vale do Guaporé-RO, collecting sea urchins, in the rainy months, is one of the activities that governs the family economy since the 19th century, in addition to work in the fields for planting cassava, coffee, beans, annatto, sugar cane and corn. A relationship of interdependence between social groups, through a credit/debt system called “toco” or barracão, which has been maintained since colonial times. With regard to work in the fields, the men are responsible for digging and the women for the work of whitewashing and cultivation of plantations. They were teachings received from their ancestors, governed by the cycles of forests and rivers, and passed on from generation to generation in the daily lives of families. It is possible to observe a division of labor despite women participating in all stages, from productive activities to those considered domestic, naturalized throughout history. In this perspective, this study investigates social relations between men and women, highlighting the division of labor as a central factor for the invisibility of women in the productive system dealing with the hedgehog and the garden. Three women and two men who were born and raised in quilombola communities in the Guaporé Valley (Pedras Negras and Porto Rolim) were heard, making a total of five narrators. The study dialogues with Bandeira (1988); Priore (2004); Hampaté Bâ (2010); Davis (2016); Perrot (2017); Kilomba (2019), among others. The results allowed an interpretation about female participation and power relations established

between men and women in the Amazon Forest that, in one way or another, make up the framework of sexist construction since time immemorial and that can explain an asymmetrical relationship between the groups.

**Keywords:** Work relationships; Quilombola women; Guapore Valley.

**Recebido em 31 de agosto de 2023**

**Aprovado em 20 de dezembro de 2023.**

## **Introdução**

O trabalho realizado por grupos sociais de comunidades tradicionais foi em íntima relação com a natureza, pois era de florestas e rios amazônicos que as famílias sobreviveram pautados em uma economia extrativista de interdependência, uma espécie de sistema de crédito/dívida nomeado “toco” ou barracão, que se mantém desde os tempos coloniais (TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Apesar das mulheres realizarem os mesmos trabalhos que os homens, havia aqueles destinados ao universo feminino no qual, raramente, os homens participaram como os trabalhos de parto, resguardo materno, educação dos filhos e afazeres domésticos.

A presença feminina nas colocações de borracha, poaia, castanhas, pesca, caça e outros ligados à economia ou força física, era realizada de forma ativa, entretanto silenciadas e excluídas no registro da história sobre o trabalho feminino, pois o que se percebe são as mulheres vistas como auxiliares, ajudantes ou acompanhantes dos homens: “não passavam de ajudantes de seus maridos, no artesanato, na feira ou na loja [...]. São poucas as que emergem do grupo, pois se fundem com a família, com os trabalhos e uma vida rural que parece escapar à história” (PERROT, 2017, p. 109-110).

As mulheres parteiras, por exemplo, conhecidas devido suas receitas de banhos, chás, garrafadas, rezas, benzimentos a partir de ervas medicinais extraídas da Mata: “embora gozem de certo prestígio, sua vida rotineira em nada difere das outras mulheres da comunidade, a não ser pelo fato de estarem sempre prontas a atender aos pedidos de socorro físico ou espiritual” (SHUMAHAR; BRAZIL, 2007, p. 179). Elas foram as mulheres médicas das florestas procuradas para resolver enfermidades de tipos, conhecimentos herdados “pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (HAMPÂTÉ BÂ, 1982, p. 167), contudo silenciadas. Transmissão de conhecimentos, repassada de geração a geração, entre as mulheres mais experientes que, além de aparar vidas realizavam outras atividades, tanto aquelas ligadas à esfera reprodutiva, quanto a esfera produtiva, contudo práticas discriminadas:

elas têm um papel central porque são provedoras de cuidados gratuitos no domicílio e cuidados profissionais em instituições e nas residências fora de sua família. Elas têm papel central porque a sociedade atribui o trabalho doméstico e o de cuidado a um dos sexos, cristalizando, dessa forma, a divisão sexual do trabalho, tanto profissional quanto doméstico, entre homens e mulheres (HIRATA; KERGOAT, 2020, p. 28).

De acordo com Angela Davis (2016, p. 225): “assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais, seu infinito esforço como dona de casa raramente é reconhecido no interior da família. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis”. Não obstante, a arte de partejar e o cuidado com o resguardo e filhos recém-nascidos foram atividades consideradas exclusivas às mulheres, ou seja, uma atividade tida como doméstica e, de certa forma, um assunto tabu em que apenas elas (as mulheres) participaram.

Nesta perspectiva, propomo-nos um registro de história nas “margens” (PRIORE, 2004), pois durante muito tempo historiadores reproduziram “a história” dos “grandes homens”, digna para ser conservada, transmitida e estudada (LE GOFF, 2013, p. 67). Portanto, a discussão sobre o trabalho das mulheres com o ouriço e a roça é analisar e registrar dinâmicas sociais femininas, pouco discutidas nos espaços acadêmicos. É oportuno mencionar que com a entrada de colonizadores e missionários, no caso desta pesquisa, florestas e rios amazônicos do vale do Guaporé chamado Iténez no lado boliviano, a experiência das parteiras (por exemplo) passou a ser vista sob lentes racistas e, com o avançar da medicina oficializada, a atuação delas foi fiscalizada/proibida por membros da igreja católica. Dessa forma, a partir do século XVI interpretamos que a entrada do cristianismo católico causou modificação nos modos de vida das populações beneficiadas com trabalhos de caridade e assistencialismo da igreja (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

No caso deste estudo, dentre os objetivos propostos, registramos memórias de Aniceta, Amélia, Dionéia, Olandina e Teodora. Foram mulheres com idade entre 65 e 86 anos de idade, que trabalharam com a produção da borracha, a coleta de castanhas (ouriços), o trabalho na agricultura de subsistência (roça familiar), pesca e caça destacando-se práticas sociais herdadas culturalmente no cotidiano com seus antepassados na luta pela sobrevivência. Os critérios utilizados para seleção das narradoras foram definidos observando-se a naturalidade em comunidades quilombolas

do vale do Guaporé-RO, cujas identidades foram preservadas e, portanto, apresentam-se com a utilização do seu primeiro nome.

Como referência para discussão bibliográfica, os estudos teórico-metodológicos de Bandeira (1988); Priore (2004); Hampaté Bâ (2010); Davis (2016); Kilomba (2019), dentre outros/as. Pretende-se, com este trabalho, a possibilidade de um registro de narrativas orais de vida sobre mulheres quilombolas que participaram de trabalhos com o ouriço e a roça, além de valorização de memórias e histórias sobre populações negras nos espaços de rios e florestas do vale do Guaporé/RO.

### **1. Homens e mulheres: de trabalho escravizado à formação de quilombos**

De acordo com Moura (1994, p. 6), o racismo foi usado como justificativa para privilégios que se configurou como instrumento para dominação de reinos africanos: “da invasão e do domínio das áreas consideradas “bárbaras”, “inferiores”, “selvagens” que, por isso mesmo, seriam beneficiadas com a ocupação de seus territórios e a destruição e trabalho escravizado de suas populações pelas nações “civilizadas”:

muitos deles, no entanto, conseguiram classificar-se social e economicamente, após longos anos de sofrimentos e duras jornadas de trabalho, que se iniciava às quatro horas da madrugada, para poder coletar o látex na parte da manhã, quando as seringueiras eram mais generosas e produtivas. Começando como seringueiros, percorriam o duro aprendizado na selva, que os habilitava a *subir na vida*: mateiro, camboieiro, pesador, classificador, capataz, auxiliar de escrita, gerente de barracão, arrendatário de estradas e colocações, até atingir o topo da carreira: seringalista (BENCHIMOL, 1999, p. 140).

Nesta perspectiva, podemos analisar que a vida das famílias quilombolas iniciava nos horários do novo dia, momento em que a extração do látex era mais abundante. Esse trabalho de fabricação da borracha na Amazônia é visto também sobre a história de escravidão da população congoleza chefiada por Leopoldo II, que chegou muito jovem no trono e permaneceu durante quatro décadas liderando trabalhos forçados aos congolezes, obrigados numa meta rígida de produção da borracha no qual aquele que não a cumprisse teria sua mão decepada, tanto criança quanto adulto: “a exploração territorial na região da bacia do Congo estava avançando no início da década de 1880, principalmente em duas frentes, oficiais franceses e expedições enviadas pelo monarca belga” (LUNADERLLI, 2018, p. 111). Aqui, Elisa Nascimento (2008) corrobora ao afirmar:

A África foi vítima do maior holocausto que o mundo já conheceu, desdobrado em dois momentos: o tráfico escravista árabe dos séculos VIII e IX e o mercantilismo europeu dos séculos XV e XIX. Além do objetivo imediato (caça de mão-de-obra cativa), o holocausto europeu dos últimos quinhentos anos também visou a aniquilação da identidade dos filhos da África e à sua integração ao modelo ocidental, considerado universal (NASCIMENTO, 2008, p. 29).

Ao longo de todo o esse processo de colonização, vinda forçada e trabalho escravizado dos africanos ao Brasil, percebe-se, em tempos atuais, uma intensa luta pela garantia de direitos, como a demarcação e título definitivo das terras quilombolas. A exemplo dessa dura realidade, a região do vale do Guaporé, colonizada desde o século XVIII, quando os bandeirantes paulistas e irmãos Fernando e Arthur Paes de Barros descobriram ouro no vale do Guaporé, onde se formou um núcleo de povoamento (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Esse povoamento avançava a floresta amazônica em terras, que pelo Tratado de Tordesilhas, pertenciam à Espanha. Naquelas proximidades, na outra margem, lado boliviano, já havia povoados espanhóis através das missões jesuíticas; no contexto de disputas geopolíticas, essa região passou a representar uma área estratégica para as disputas entre Portugal e Espanha pelo controle sobre a bacia amazônica (BANDEIRA, 1988; VOLPATO, 1993; TEIXEIRA; FONSECA, 2001). Homens e mulheres, formadores das populações no vale do Guaporé foram escravizados em serviços das mais diversas formas, nas minas auríferas e trabalhos de edificações.

A partir do esgotamento das pedras preciosas, o vale do Guaporé passa a testemunhar uma evasão da elite colonizadora, ao mesmo tempo que africanos e indígenas resistiam das mais diversas formas ao regime escravocrata, a partir de fugas para locais no qual puderam viver com alguma liberdade e controle de suas próprias vidas, os nomeados quilombos (VOLPATO, 1993; TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

Nos estudos de Bandeira (1988), Volpato (1993), Teixeira & Fonseca (2001) e Gomes (2015), a constituição de quilombos foi realizada, em sua maioria, pelos homens, entretanto a reorganização desses territórios ficava a cargo das mulheres. Todavia, não podemos esquecer da “rainha Teresa de Benguela, que comandou o quilombo de Quariterê, tendo mulheres indígenas como suas colaboradoras”. Quando foi capturada em 1779 (TEIXEIRA, 2004, p. 206), vendo seu povo ser humilhado, preferiu se “suicidar a voltar ser escrava”, como último ato de rebeldia.

Os antepassados dos grupos africanos conseguiram reorganizar suas formas de vida compartilhando culturas com os indígenas originários e, assim, aprenderam uns com

as outras variadas estratégias de sobrevivência nas florestas e rios, longe dos olhos dos colonizadores: “desmatando pouco, só para abrir nossas roças [...]. Depois, passado algum tempo, deixamos que cresça de novo. Então um matagal emaranhado invade nossas roças antigas e, depois, as árvores vão aos poucos crescendo de novo” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 470).

Em dias atuais, é possível localizar no estado de Rondônia<sup>1</sup> um aproximado de nove comunidades quilombolas, em sua maioria situadas às margens direita no vale do Guaporé: Jesus, Real Forte Príncipe da Beira, Santa Fé, Pedras Negras, Santo Antônio, Porto Rolim, Tarumã, Laranjeiras e Santa Cruz. Vale mencionar que as famílias quilombolas aguardam os trabalhos de demarcação e a titulação de suas terras junto aos órgãos responsáveis, tendo como exceção as comunidades Jesus, Santo Antônio e Pedras Negras que já conquistaram o título definitivo desde o ano 2010.

De forma breve, homens e mulheres constituíram famílias indígenas, quilombolas, bolivianas e afro-indígenas no vale do Guaporé. Famílias numerosas, baseadas no modelo cristão católico no qual os membros familiares auxiliaram uns aos outros como podiam, desde os primeiros anos de idade, em trabalhos organizados, teoricamente, em uma “divisão” de tarefas entre os gêneros e, além disso com atividades controladas nos ritmos dos rios e florestas: “para o homem, o trabalho da terra e as transações do mercado. Para a mulher, a casa, a criação de animais, o galinheiro e a horta” (PERROT, 2008, p. 111).

Trabalhar nas colocações de seringa, na época dos ciclos da borracha, constitui-se em uma relação de poder com dependência econômica, construída e alimentada por vínculos de trabalho no seringal, no qual os seringueiros eram vistos como “inferiores, atrasados, selvagens, incivilizados, burros, analfabetos etc. e assim sujeitos merecedores de extermínio, domínio e exploração” (SANTOS, 1997, p. 159). As mulheres também participaram desses serviços na Mata, contudo silenciadas, pois foram destinadas aos serviços domésticos e, embora realizassem as etapas dos serviços externos à moradia “assim como as obrigações maternas de uma mulher são aceitas como naturais [...]. As tarefas domésticas são, afinal de contas, praticamente invisíveis” (DAVIS, 2016, p. 225). Nesta perspectiva, as mulheres negras foram discriminadas em três categorias: classe social, gênero e raça, pois segundo Grada Kilomba: “o racismo não é biológico, mas discursivo. Ele funciona através de um regime discursivo, uma cadeia de palavras e

---

<sup>1</sup> Conaq. Quilombolas do Programa em Rondônia. Disponível em: [http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos\\_-\\_Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf](http://conaq.org.br/wp-content/uploads/2020/08/20200709-1700-Final-Portal-An%C3%A1lise-dos-dados-Socioeconomicos_-_Quilombolas-do-Programa-em-Rond%C3%B4nia.pdf) Acesso em 29 de agosto de 2023.

imagens que por associação se tornam equivalentes: africano – África – selva, selvagem – primitivo – inferior – animal – macaco” (KILOMBA, 1968-2019, p. 130).

Não obstante, foi inventado um estereótipo do indivíduo negro ligado ao animalesco explorado em trabalhos físicos diversos. É possível interpretar que o trabalho escravizado foi atualizado a partir de formas interdependentes entre patrão e trabalhador, no qual o patrão arrendava ao trabalhador áreas produtivas para fabricação da borracha. Esse (trabalhador), por sua vez, já entrava endividado com ferramentas de trabalho que ele precisava comprar e, além de produtos a prazo, negociados com alto valor econômico: “para além dos vínculos clássicos do seringal, na sua vigência e depois dela, com os processos de escolha, pelo voto, das representações políticas locais (“favor se paga com voto”), desta feita dentro dos moldes do clientelismo (SOUZA, 2017, p. 166).

As famílias mantinham-se ocupadas durante todos os meses do ano, num tempo regido pela natureza e pela dominação daqueles que se intitularam donos das/nas colocações mais produtivas (os patrões) e, além disso, além da produção da borracha outras formas de trabalho passaram a ser feitas como a coleta da poaia (raiz medicinal) e os ouriços, voltadas para interesses do mercado externo pelas nomeadas “drogas do sertão” (século XVIII), sendo elas, a borracha extraída da seringueira (*Hevea brasiliensis*), a castanha (*Bertholletia excelsa*) e a poaia (*Cephaelis Ipecacuanha*) nos séculos XIX e XX (TEIXEIRA; FONSECA, 2001).

## 2. Os trabalhos das famílias na luta pela sobrevivência

Mês de fevereiro ia para o trabalho da castanha, isso ia até mês de março, abril, por aí pra terminar já. Aí estava todo o rio cheio a gente andava por aquele guapó para poder chegar em casa. Daí quando era mês de abril, o rio começava já descer. Aí ia colher a roça que já tinha plantado. A gente ia para o seringal, chegava lá mês de junho, julho. As estradas já estavam aí, as colocações né? Aí, ia só limpar e tirar as tigelas lá no mato. Aí começava a cortar a seringa. Era o dinheiro que valia naquele tempo, era a seringa, né, que perdeu o valor de uma vez! A gente passava o verão todinho cortando seringa. Quando era dezembro e que já vinha pra casa (AMÉLIA).

O trabalho das famílias nos espaços de florestas e rios do vale do Guaporé era feito de acordo com os meses do ano, segundo Amélia, além da fabricação da borracha, a coleta de ouriços, uma atividade que se exigia destreza e habilidade: a procura dos pés-de-castanheiras, o amontoamento e o transporte dos ouriços, a quebra e a organização em caixas, conforme narra Aniceta:

tem o coco, bate bem no meio dela e abre. Quando tá caindo a gente tem que colocar do lado. Se ela cair de cima, mata qualquer pessoa, pegando na pessoa mata [...]. Coloca no paneiro e traz, bota nas costas e traz pro porto. Porque tem os porto tudin. Aí dentro dessa baía tem bem uns três porto. Pra cá pra baixo tem também. Aí embarca na canoa e traz.

A partir da narrativa de Aniceta, é possível afirmar o quanto era perigosa a procura dos ouriços quando ela afirma “se ela cair de cima, mata qualquer pessoa, pegando na pessoa mata”, considerando que uma castanheira pode atingir entre 50 e 60 metros de comprimento e, além disso, o próprio peso considerável dos ouriços. Os ouriços eram amontoados em locais específicos para em seguida ser feita a quebra com terçados e facões: “tinha vez que nós tinha muito monte pra quebrar, sabe? Depois que tava amontoando, achava fácil. Ah, eu achava tão bonito aqueles monte, monte! Mas, pra quebrar, vich Maria, demorava muitos dia quebrando, muitos dia mesmo!” (TEODORA). A quebra dos ouriços demorava dias para ser finalizada, conforme narrou Teodora: “pra quebrar, vich Maria, demorava muitos dia quebrando, muitos dia mesmo”, entretanto “eu achava tão bonito aqueles monte”. Dessa forma, sobre esse transporte das castanhas, após a quebra dos ouriços, ele era feito em paneiros, uma espécie de cesto artesanal com uma alça feita a partir de fibras naturais.

Esse transporte, de forma geral, era um serviço que exigia força física, principalmente quando as castanhas estavam molhadas (verdes), segundo relembra Aniceta: “quando ela tá molhada pesa, mas quando ela tá seca não pesa não”. Vale mencionar que a coleta do ouriço ainda é uma atividade realizada pelas famílias, apesar de compensar pouca coisa, considerando o trabalho e o gasto: “não paga nem a andada da gente, nem a gasolina que gasta pra ir. É distante, vai de canoa, de motor, a gente vai”. Corroborar Amélia que o trabalho envolvia homens, mulheres, adultos e crianças no qual: “a castanha era juntava. Passava dia juntando, aí ia quebrar. Eu mesma carreguei muita castanha. Trazia uma caixa e meia, às vezes até duas caixas de castanha” (AMÉLIA).

Toda a safra da castanha era comercializada com os patrões, nomeados castanheiros que, coincidentemente, era: “o mesmo patrão que comprava a borracha, comprava castanha, comprava poaia e descia pra cá” (OLANDINA). O castanheiro (patrão), sob os mesmos moldes das colocações de seringa, mantinha um pequeno armazém com gêneros alimentícios e produtos diversos como sal, anzóis e ferramentais a fim de comercializar com as famílias. Essa relação de interdependência se perpetuava,



mantendo-se atualizada anualmente, pois as famílias raramente conseguiam quitar suas dívidas com o dono das terras produtivas.

Os patrões foram aqueles que se intitularam donos das terras mais produtivas e, dessa forma, realizava um tipo de arrendamento dessas áreas para as famílias “trabalharem a castanha”, ao mesmo tempo em que trabalhavam a agricultura de subsistência – roça: “tinha que capinar a roça. Arroz assim... tinha que capinar tudinho. Quando chegava o mês de abril já começava a cortar arroz” (OLANDINA).

Haviam muitas colocações – estradas – que devam acesso às terras produtivas. Um patrão era dono de várias colocações: “Boa Vida, Furado Grande, Bahia Rica... foi lá que eu nasci, mas meu registro pertence a Pedras Negras, São Lourenço, São João. Era muita colocação” (OLANDINA), portanto uma família extrativista era subordinada aos regimes dos patrões e, assim, no final da produção nas áreas de extrativismo, todo o lucro retornava para os patrões, pois as famílias dificilmente conseguiam se ver livre das dívidas com o patrão.

As famílias raramente conseguiam saldos com suas produções. E dessa forma, uma bola de neve era formada. Uma dependência que se manteria durante as safras vindouras, pois se ela (dívida) não desse para quitar naquele ano presente, ela (dívida) deveria ser paga no ano seguinte e assim sucessivamente.

Quando era época de as famílias colher aquilo que haviam plantado em suas roças, muitas vezes tinham que considerar prejuízos nas plantações como a presença de porcos, pássaros e cotias que se alimentavam dos alimentos quando as famílias estavam distantes ou com mudanças do tempo, conforme relembra Ana Flora quando diz sobre perda devido uma queda da temperatura: “era arroz que eu plantava. Arroz, milho, banana, feijão. Uma vez, em 76, eu plantei feijão no princípio de abril, meado de abril [...]. Deu uma chuvona com friagem e queimou tudin”. Portanto, a depender da época do ano, um alimento específico era semeado e/ou colhido: feijão, cana-de-açúcar, milho, café,

macaxeira: macaxeira de cozinhar, macaxeira de fazer farinha. Arroz, cana, banana...tinha o bananal! Eu com Anselmo [esposo], nós tinha bananal, macaxeiral. Macaxeira de dois tipos: macaxeira manso, macaxeira brabo...para fazer farinha, para tirar goma, para vender. Era assim...era uma vida de rosa que era (OLANDINA).

Na metade do ano, mês junho, as famílias iniciavam os trabalhos para a produção de borracha. As seringueiras ficavam mais distante das moradias e, por isso, para realizarem a atividade os membros familiares migravam Mata adentro levando, inclusive,

criações de patos, porcos e galinhas, a depender da localização geográfica das colocações. Abrigavam-se em construções improvisadas e, durante toda a produção da borracha viviam em torno das colocações. Arriscavam suas vidas em meio a perigos diversos na Mata com pouco ou nenhum equipamento de segurança de trabalho, logo uma época de muitos casos de malária, cegueira, ataques de onças, porcos do mato, jacarés e picadas de cobra.

Conhecer as florestas e os rios amazônicos envolvia engenho e arte com a natureza e os cuidados que ela apresentava: ventanias, tempestades e o risco de as famílias extrativistas serem atacadas por animais selvagens. Não obstante, cortar as seringueiras era um trabalho de muita habilidade, pois um corte mal feito era capaz de levar as seringueiras à morte e, em consequência disso, acarretaria um prejuízo para a próxima colheita: “eu tinha medo de onça, mas aí eu acompanhava o homem no mato. Ajudava a colher” (AMÉLIA). Apesar do medo, Aniceta realizava o trabalho com o marido quando diz: “eu tinha medo de onça”. De toda a forma, os membros familiares participavam das produções, pois as famílias precisavam quitar seus débitos com o patrão:

O serviço das mulheres era só roça, cortar seringa, cuidar dos filhos né. Quer dizer, nem todas as mulheres cortava seringa. Mas minha mãe cortou muito, minha tia Pedrosa. E também quando minha mãe me tirou da escola eu já fui com minha mãe acompanhar ela também pra cortar seringa. Trabalhar em roça, arrancar poaia, trabalhar castanha, era assim (OLANDINA).

Sem embargo dos tantos trabalhos invisíveis realizados pelas mulheres quilombolas, Amélia ainda considera que o “serviço das mulheres era só roça, cortar, seringa, cuidar dos filhos”, mas ainda acrescenta: “trabalhar em roça, arrancar poaia, trabalhar castanha”, ou seja, as mulheres atuavam em todas as atividades produtivas do vale do Guaporé: extração da borracha e da poaia, agricultura e coleta da castanha. Além dos trabalhos relacionados aos cuidados dos filhos, da casa, da família. Portanto, uma sobrecarga muito grande de trabalhos e responsabilidades. No entanto, esses trabalhos que as mulheres realizavam nas matas era visto como “colaboração”, desvalorizados, inclusive, pelas próprias mulheres considerando que os trabalhos nas florestas envolviam perigos de toda a sorte e força física e, elas (as mulheres) eram “criadas” para cuidar de atividades ligadas à casa. Não obstante, no caso das mães e das mulheres casadas, elas eram as que mais trabalharam, porque deveriam levantar mais cedo para preparar o

cozimento dos alimentos e, após isso “acompanhar” os homens nos trabalhos externos à moradia, conforme destacam Dionéia e Amélia:

Ah, eu levantava três hora da manhã, cozinhava feijão, arroz, carne de bicho do mato, né, algum porcão, alguma coisa mais, algum veado que matava do mato; porque tem o veado do mato, tem o porcão; fazia anta, as vez matava era só temperar, botava numa vara. Fazia uma farofa pra levar pra mata. Aí quando era cinco hora nós batia o pé na mata. Só chegava sete horas da noite. Eu, com duas criança: esse dalí e o outro: um nas costa e outro aqui no pano, assim pendurado (DIONÉIA).

“Quando meu marido estava doente, eu trabalhei muito. Eu ia com comadre Geórgia, Lélia. A gente era companheira no mato” (AMÉLIA). Nas narrativas anteriores, podemos analisar que as mulheres acordavam muito cedo, pois tinham que preparar a alimentação da família. Iam para a Mata, muitas vezes com crianças pequenas e de colo. Em alguns casos, como o de Amélia, durante a enfermidade do marido ela continuou trabalhando, assim como outras mulheres, pois aquela era uma forma de estratégia de sobrevivência e de negociações comerciais. Logo é possível interpretar que as mulheres conheceram e participaram das etapas de extrativismos nas florestas e rios do Guaporé:

Percebe-se claramente que a noção de ajuda é um plasma cristalizado no imaginário dessas mulheres. Trata-se de uma visão naturalizada articulada por processos de grande alcance social, ancorada em substratos patriarcalistas e patrimonialistas de longa duração. Essa perspectiva de ajuda e de não reconhecimento do trabalho das mulheres é reforçada pela própria ciência, que vê nelas um apêndice dos homens (TORRES, 2019, p. 122).

Nesta perspectiva, podemos interpretar uma forma de silenciamento em torno dos trabalhos feitos pelas mulheres quilombolas na Mata, uma forma de desvalorização vista de forma sutil pelas mulheres: “cortei, sim senhora. Cortei igual um home. Eu subia a serra e descia a serra. Uma vez, passemos 300 e poucos dia, limpando só o chão pra fazer o varador pra cortar siringa, onde tava as mata, os pé da planta pra cortar. Cortei, sim. Nós sofremos muito, dona!” (DIONÉIA), porque às mulheres foram reservadas ao setor doméstico. Corroboramos Torres (2009) quando afirma que: “a perspectiva de ajuda é o corolário que se põe no tecido do trabalho das mulheres, uma justificativa para o seu não reconhecimento, ancorada em estrutura de dominação patriarcal” (TORRES, 2009, p. 126). Mulheres ajudantes, companheiras que “auxiliaram” os pais, antes do matrimônio e após ele (casamento) continuaram “auxiliando” os maridos. Em outras palavras, consideradas uma espécie de apêndice da figura masculina.

### Considerações finais

As relações das mulheres quilombolas nas florestas e rios amazônicos na lida com o ouriço e a roça oportunizou-nos, neste estudo, analisar práticas sociais realizadas pela figura feminina durante todos os meses do ano nos ciclos da Mata. Havia tempo para tudo: semear e colher a roça, trabalhar a castanha e fabricar a borracha na tentativa de quitar dívidas econômicas. A categoria mulheres, apesar de “ausentes” na história do trabalho das mulheres amazônicas, esteve presente nas atividades extrativistas.

Uma jornada exaustiva de trabalhos no qual as mulheres foram excluídas, narradas como “auxiliares” dos homens. Esse mundo das práticas sociais feitas pelas mulheres quilombolas ainda é discutido de forma tímida pelas instituições de ensino, apesar delas (mulheres) terem um lugar marcado no setor doméstico, revelando desigualdade entre os gêneros e uma rígida divisão de papéis que resultou na desvalorização, vistas como frágeis para “ir para o mato”.

As narrativas de Amélia, Aniceta, Dionéia, Olandina e Teodora permitiu-nos analisar e registrar culturas herdadas no cotidiano com seus antepassados na luta pela sobrevivência. Ouvir vozes outras, entre um café com bolo nos finais de tarde, conversas em frente de suas moradias ou no fundo do quintal de suas casas, na sombra dos arvoredos em casa, nas fornadas de biscoitos e o uso do pilão foi de extrema relevância para acessarmos experiências das épocas de suas mocidades, rememorados com saudade.

Diante do exposto, neste estudo, registramos memórias de mulheres quilombolas, idosas, compreendendo a relevância de estudos que discutem temáticas sobre trabalhos femininos no interior das florestas e dos rios amazônicos, como possibilidade de valorização das atividades realizadas pelas mulheres, participantes deste estudo.

### Referências

BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: formação social e cultural*. Manaus: Editora Valer / Editora da Universidade do Amazonas, 1999.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. *A tradição viva*. In: Ki-Zerbo. J. História geral da África: metodologia e Pré-história. São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. *Atualidade da divisão sexual e centralidade do trabalho das mulheres*. In: Revista de Ciências Sociais. N° 53, Junho/Dezembro de 2020, p. 22-34.

KILOMBA, Grada, 1968. *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Tradução Jess Oliveira. Rio de Janeiro : Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Davi. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. Tradução Betariz Perrone-Moisés. 1 ed. São Paulo : Companhia das Letras, 2015.

LE Goff, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. 7ª ed. Revista – Campinas, SP: editora da Unicamp, 2013.

LUNARDELLI, Diego. *Terror, Marfim e Borracha: imperialismo e resistência no Estado Livre do Congo (1879-1908)*. In: Revista Eletrônica Discente História.com, Cachoeira, v.5, n.10, p. 100-116, 2018.

MOURA, Clóvis. *O racismo como arma ideológica de dominação*. In: Revista Princípios. Edição 34, Ago/Set/Out, 1994, p. 28-38.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *As civilizações africanas no mundo antigo*. In: NASCIMENTO, E, L (Org.). *A matriz africana no mundo*. São Paulo: Selo negro, 2008.  
PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*; tradução Angela M. S. Côrrea. São Paulo : Contexto, 2017.

PRIORE, Mary Del. *História das mulheres no Brasil*. (Org.) 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, R. A. de O. (1977). *História econômica da Amazônia: 1800-1920* (Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

SCHUMAHER, Schuma; VITAL BRAZIL, Érico. *Mulheres negras do Brasil*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.

SOUZA, João José Veras de. *Seringalidade: o estado da colonialidade na Amazônia e os condenados da floresta*. Manaus: Valer, 2017.

TEIXEIRA; Marco Antônio Domingues; FONSECA, Dante Ribeiro da. *História Regional: Rondônia*. 2ª ed. Porto Velho: Rondoniana, 2001.

TORRES, Iraíldes Caldas. *O trabalho das agricultoras da Amazônia: um olhar para os direitos humanos*. In: Revista Saberes da Amazônia: Ciências Jurídicas, Humanas e Sociais. Vol. 4. n.9 Julho-Dezembro, p. 115-132, 2019.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850 – 1888*. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.

### **Fontes orais**

**AMÉLIA**. Entrevista concedida a Joely Coelho Santiago. Guajará-Mirim, 27 de maio de 2019.

**ANA FLORA**. Entrevista concedida a Teresa Cruz. Alta Floresta do Oeste, 19 de maio de 2009.

**ANICETA**. Entrevista concedida a Teresa Cruz. Pedras Negras, 20 de abril de 2009.

**DIONÉIA**. Entrevista concedida a Teresa Cruz. Rolim de Moura, 15 de abril de 2009.

**OLANDINA**. Entrevista concedida a Joely Coelho Santiago. Guajará-Mirim, 13 de janeiro de 2019.

**TEODORA**. Entrevista concedida a Teresa Cruz. Pedras Negras, 21 de abril de 2009.